

Conferência do Dr. Daniel Zovatto, Diretor Regional do IDEA
Internacional para a América Latina e o Caribe, no
***Seminário Internacional: Integridade Eleitoral na
América Latina: Experiências Recentes e Perspectivas***

Auditório do TSE, 4 de outubro de 2021

Bom dia para todas e todos,

Desejo agradecer ao senhor presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, e ao senhor vice-presidente, ministro Luís Edson Fachin, e por seu intermédio, aos ministros deste prestigioso Tribunal, bem como à presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juíza Renata Gil, por este honroso convite, e ainda manifestar minha satisfação por estar de novo neste auditório em tão boa companhia.

É uma grande honra representar o IDEA Internacional neste seminário sobre a integridade eleitoral na América Latina. Peço desde já desculpas por não poder fazer minha apresentação em português.

A exposição está organizada em três partes: primeiro farei uma breve reflexão introdutória, seguida de uma análise das principais tendências regionais em matéria de democracia e processos eleitorais, e por fim farei uma rápida reflexão sobre a conjuntura da democracia e do processo eleitoral brasileiro atualmente em curso.

I. Uma breve reflexão introdutória

A democracia vive um "tempo nublado", aqui me apropriando do título de uma obra do grande escritor mexicano Octavio Paz. De fato, a democracia, suas instituições e a integridade dos processos eleitorais estão atualmente sob assédio.

Nossa missão, como dizia o intelectual francês Julien Benda, é ser os protetores dos princípios éticos diante dos embates ideológicos autoritários que buscam minar a democracia liberal e um de seus

componentes centrais: a integridade eleitoral que é a guardiã da legitimidade original.

Este é nosso dever: enfrentar e denunciar todo tipo de autoritarismo, não só com nossas ideias e nossos discursos, mas também com nossas ações como intelectuais comprometidos que somos.

Para isso, devemos atuar com parrésia, uma virtude muito valorizada pelos gregos, que significa “dizer tudo”, ou seja, “a coragem de falar com franqueza” em defesa da democracia e de suas instituições, ainda que tenhamos que pagar um preço muito alto por isso ou nos tornemos pessoas deveras incômodas para muitos.

Quais as tendências que no âmbito global e, em especial, no âmbito regional, observamos em matéria de democracia e eleições? Peço licença para compartilhar com vocês as seguintes dez tendências:

1. A América Latina vive uma conjuntura muito complexa e desafiadora que combina déficits estruturais (pré-pandemia) com déficits conjunturais (que vieram com a pandemia). A região entra em uma nova década em condições sanitárias, econômicas, sociais e políticas muito adversas.
2. A democracia está sob assédio autoritário tanto no âmbito global quanto regional. O que vimos em 2020 foi outro ano de retrocesso para a democracia liberal, agravando a recessão democrática mundial. O declínio global nos últimos 10 anos tem sido considerável. Segundo o V-Dem, 68% da população mundial vive atualmente em países governados por regimes autocráticos (autocracias eleitorais ou fechadas), fazendo com que o índice de democracia desfrutado pelo cidadão global médio em 2020 caísse para os valores encontrados em torno de 1990.
3. No âmbito latino-americano, existe uma alta diversidade em matéria de qualidade democrática ao lado de um aumento de regimes híbridos e autoritários. Nos últimos 15 anos perdemos seis democracias: quatro degeneraram em regimes híbridos (Haiti, Honduras, Guatemala e El Salvador), e duas em regimes autoritários: Venezuela e Nicarágua, que se somaram a Cuba.
4. O sistema político está quebrado e cada vez mais polarizado. Há um quadro regional de democracias cansadas e irritadas em decorrência

de uma crise de confiança cidadã nos partidos tradicionais, uma crise de representação e um mal-estar social devido à falta de resultados.

Nesse sentido, vale destacar seis descobertas muito preocupantes de uma recente pesquisa do instituto IPSOS (Sentimento de sistema quebrado em 2021, agosto 2021):

- i. 68% dos entrevistados acreditam que os partidos e políticos tradicionais não se preocupam com as pessoas comuns;
- ii. 81% acham que os políticos acabam sempre encontrando formas de proteger seus privilégios;
- iii. 70% creem que a principal divisão em nossa sociedade ocorre entre pessoas comuns e a elite política e econômica;
- iv. 64% querem um “líder influente que tire o país das mãos dos fortes e poderosos”; e
- v. 60% opinam que as questões políticas mais importantes deveriam ser decididas diretamente pelas pessoas por meio de referendos e não por aqueles que ocupam cargos eletivos;
- vi. entre os 25 países pesquisados, quatro apresentam os maiores níveis de descontentamento, sendo os quatro da América Latina: Colômbia, Peru, Brasil e Chile.

Tudo isso, segundo o IPSOS, facilita o surgimento de três fenômenos: o populismo com tendência autoritária; o sentimento antielitista e o nacionalismo xenofóbico contra os imigrantes.

Portanto, urge não só proteger a democracia, como também repensá-la para se poder dar uma resposta oportuna e eficaz às novas demandas da cidadania e aos desafios do século XXI.

5. A região vive um intenso calendário eleitoral. Todos os países da América Latina vão realizar eleições gerais (presidenciais e legislativas) no período de 2021-2024, salvo a Bolívia que as realizou em 2020. Nesse intenso calendário, as seis principais economias irão às urnas entre abril de 2021 e outubro de 2022 (quatro gerais – Peru, Chile, Colômbia e Brasil – e duas legislativas de meio mandato – México e Argentina). Há uma forte demanda por mudança e pelo voto de protesto contra os candidatos da situação, de forma independente do espectro político, o que antecipa a possibilidade de ciclos políticos

mais curtos e uma maior alternância, bem como a chegada de um novo ciclo político à região.

6. Constatamos um crescente uso do segundo turno para definir a Presidência acompanhado de uma elevada fragmentação e polarização. Isso tende a produzir governos de minoria em regimes presidenciais, provocando fortes desafios em matéria de governabilidade em um entorno político com crescentes pressões populistas, fortes tensões entre os poderes (Executivo-Legislativo, bem como Executivo-Judiciário) e tentativas de cooptação do Poder Judiciário por parte do Executivo. Tudo isso agravado por frequentes ataques aos meios de comunicação e à liberdade de expressão, além do fechamento de espaços na sociedade civil por parte dos Executivos.
7. Observamos um novo tipo de autoritarismo que não chega via golpes de Estado, mas via eleições e que, uma vez instalado no Executivo, corrói por dentro a democracia, debilitando a divisão dos poderes, manipulando o uso das redes sociais para dividir, semear ódio e mentir; uma combinação tóxica que provoca a degradação gradual da qualidade da democracia até convertê-la em um regime híbrido ou autoritário.
8. Embora a democracia em geral e os organismos eleitorais em particular tenham demonstrado até o momento um bom nível de resiliência eleitoral, de adaptação e de inovação perante os efeitos disruptivos e os novos desafios da pandemia, ela (a resiliência eleitoral) não está isenta de desafios e ameaças. Gostaria de mencionar duas das principais ameaças: i) denúncias infundadas e antecipadas (em vários casos) de fraude tanto por parte dos partidos da situação quanto da oposição, que provocam um impacto negativo em matéria de cultura política, afetando a credibilidade nas eleições e nos organismos eleitorais; e ii) resultados apertados que incentivam quem perde a não aceitar a derrota e a denunciar fraude sem razão, desconhecendo os relatórios das missões de observação eleitoral, convocando seus partidários a irem para a rua para defender a vitória que supostamente lhe foi roubada, e ainda judicializar a eleição, com a esperança de ganhar nos tribunais eleitorais o que perderam nas urnas.
9. A tudo isso devemos agregar um novo e crescente tipo de ataques – decerto muito graves e preocupantes – às instituições e autoridades

eleitorais em vários países da região; ataques que, em certos casos, vêm do próprio presidente da República (como no México, Brasil e El Salvador) e, em outros casos, dos partidos governistas (Bolívia) ou da oposição (Peru), com campanhas baseadas em informações falsas destinadas a semear dúvidas sobre a imparcialidade das autoridades eleitorais, a confiabilidade dos mecanismos de votação e a legitimidade dos processos eleitorais.

10. O alto nível de polarização e confrontação ideológica existente entre os países latino-americanos rompeu o consenso regional que havia no início de 2000 em favor da democracia (que permitiu a adoção da Carta Democrática Interamericana), provocando o enfraquecimento dos mecanismos regionais de proteção à democracia e inéditos ataques contra o trabalho das Missões de Observação Eleitoral e seus relatórios.

Podemos observar que na América Latina a democracia e a integridade eleitoral enfrentam um contexto cada vez mais complexo e desafiador; a meu ver, um dos momentos mais críticos desde o início da Terceira Onda Democrática em nossa região em 1978.

Peço licença agora para encerrar minha apresentação com algumas reflexões finais sobre o Brasil. Gostaria de destacar duas preocupações principais:

1. Todos os índices sobre qualidade da democracia (o da Unidade de Inteligência do *The Economist*, Freedom House, V-Dem e IDEA Internacional) mostram um constante e preocupante nível de erosão democrática no Brasil. O instituto V-Dem coloca o Brasil como um dos dez países com maior declínio democrático. Segundo o índice do IDEA Internacional sobre o estado da democracia em nível global, o Brasil é a democracia que registra o maior número de subatributos que sofreram declínio em 2020 e que, desde 2016, vem atravessando um retrocesso democrático. Tal deterioração democrática tem sido gradual e constante: em 2015 só um subatributo registrava declínio; em 2016 foram quatro; em 2017, cinco; em 2018, sete e, em 2019 e 2020, esse número chegou a oito.
2. A isso devemos acrescentar os graves e infundados ataques que partiram da Presidência da República contra o mecanismo de votação (urna eletrônica), contra a autoridade eleitoral e contra alguns de seus membros, bem como denúncias, sem provas, de

fraude antecipada, tudo isso acarretando o perigo de se criar um déficit de confiança na legitimidade do processo eleitoral. Por outro lado, constatamos, com moderado otimismo, a cessação momentânea dos ataques do presidente Bolsonaro, abrindo a possibilidade para a retomada de um diálogo institucional sereno e respeitoso entre ambos os poderes a fim de garantir a realização exitosa e com altos níveis de integridade do processo eleitoral de outubro de 2022.

Como enfrentar tais situações? O que nos ensina a experiência comparada?

Primeiro: a necessidade de agir com senso de oportunidade, com responsabilidade institucional, sempre aferrados à lei e evitando cair em provocações pessoais, mas agindo igualmente com firmeza institucional em defesa dos princípios democráticos e da integridade eleitoral. Não devemos subestimar o perigo das ameaças e dos ataques nem os ignorar. A experiência comparada ensina que, ao avançar até certo ponto, o autoritarismo ganha força, ficando cada vez mais difícil detê-lo e revertê-lo.

Segundo: devemos ser resilientes e buscar aliados estratégicos para enfrentar os ataques e ameaças tanto dentro como fora do Brasil. Devem ser traçadas claras “linhas vermelhas” aos ataques e ameaças que buscam, de maneira infundada ou dolosa, semear dúvidas sobre a integridade do processo eleitoral. A primeira linha de defesa deve ocorrer sempre no âmbito nacional, mas também complementada por uma rede de apoios de diversos atores no plano regional e internacional.

Como vem fazendo corretamente o TSE, é preciso agir com a maior transparência possível, baseando-se em uma política institucional de “portas abertas”, acompanhada de uma campanha de comunicação eficaz visando à cidadania. Deve ser articulada uma rede interna de apoio, a mais ampla, inclusiva e plural possível entre as instituições, atores políticos, empresários, mídias, universidades, intelectuais e organizações da sociedade civil com o objetivo principal de defender os princípios da democracia liberal e suas instituições, diminuir a polarização política excessiva, fortalecer a confiança no mecanismo de votação (a urna eletrônica) e oferecer todas as garantias e auditorias necessárias para demonstrar que o processo eleitoral terá, em cada uma de suas etapas, os mais altos níveis de integridade.

Terceiro: garantir o pleno exercício da liberdade de expressão, mas evitando ao mesmo tempo que esta seja manipulada para servir de escudo contra campanhas baseadas na desinformação e em notícias falsas, que promovem a polarização, o ódio ou a violência.

É preciso enfrentar, com todos os meios legais e jurisdicionais, o mau uso e a manipulação das redes sociais. Processos eleitorais recentes (entre os quais, os dos EUA e Peru) já mostraram o grave perigo que o uso malicioso das redes sociais acarreta à democracia e à credibilidade dos processos eleitorais.

Quarto e último ponto: senhor presidente Barroso, senhor vice-presidente Fachin, ministros do TSE, saibam que não estão sozinhos na batalha em defesa da democracia, da urna eletrônica, da independência do TSE e da integridade do processo eleitoral de 2022 no Brasil. Nós do IDEA Internacional sentimos grande respeito e admiração por este Tribunal e pelo trabalho que vem sendo feito com profissionalismo, imparcialidade e independência; o IDEA Internacional vem acompanhando de perto o exitoso uso da urna eletrônica durante os últimos 25 anos, um mecanismo de votação que consideramos confiável, seguro e auditável; nós do IDEA Internacional estamos muito atentos ao que ocorre no Brasil e desejamos reiterar, neste seminário internacional, o compromisso e a determinação de nossa instituição de continuar acompanhando e apoiando-os durante todo o desenvolvimento do processo eleitoral de 2022. Contem conosco.

Muito obrigado.
